

ATA DA SEXAGÉSIMA OITAVA SESSÃO ORDINÁRIA DA TERCEIRA SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA DÉCIMA SÉTIMA LEGISLATURA, EM 05-8-2019.

Aos cinco dias do mês de agosto do ano de dois mil e dezenove, reuniu-se, no Plenário Otávio Rocha do Palácio Aloísio Filho, a Câmara Municipal de Porto Alegre. Às quatorze horas e quinze minutos, foi realizada a segunda chamada, na qual registraram presença Adeli Sell, Airto Ferronato, Aldacir Oliboni, Alvoni Medina, André Carús, Cláudio Conceição, Felipe Camozzato, Hamilton Sossmeier, Idenir Cecchim, Mauro Pinheiro, Moisés Barboza, Mônica Leal, Paulinho Motorista, Paulo Brum, Prof. Alex Fraga, Ricardo Gomes e Roberto Robaina. Constatada a existência de quórum, a Presidente declarou abertos os trabalhos. Ainda, durante a sessão, registraram presença Cassio Trogildo, Cassiá Carpes, Cláudio Janta, Cláudia Araújo, Dr. Goulart, José Freitas, João Bosco Vaz, João Carlos Nedel, Karen Santos, Lourdes Sprenger, Luciano Marcantônio, Marcelo Sgarbossa, Mauro Zacher, Mendes Ribeiro, Márcio Bins Ely, Reginaldo Pujol e Valter Nagelstein. À MESA, foram encaminhados: o Projeto de Lei do Legislativo nº 117/19 (Processo nº 0251/19), de autoria de Cláudio Janta; o Projeto de Resolução nº 026/19 (Processo nº 0341/19), de autoria de José Freitas; o Projeto de Lei do Legislativo nº 077/19 (Processo nº 0154/19), de autoria de Paulinho Motorista; o Projeto de Lei do Legislativo nº 144/19 (Processo nº 0311/19), de autoria de Prof. Alex Fraga; o Projeto de Lei do Legislativo nº 123/19 (Processo nº 0263/19), de autoria de Valter Nagelstein. Também, foi apregoado o Ofício nº 710/19, do Prefeito, requerendo tramitação em regime de urgência para os Projetos de Lei Complementar do Executivo nºs 006, 007, 008, 009 e 010/19 e para os Projetos de Lei do Executivo nºs 010, 011, 012 e 013/19 (Processos nºs 0356, 0357, 0358, 0359, 0364, 0355, 0366, 0367 e 0368/19, respectivamente). Em COMUNICAÇÃO DE LÍDER, pronunciaram-se Adeli Sell, Ricardo Gomes, Mauro Zacher, André Carús, Roberto Robaina, Moisés Barboza e Cláudio Janta. Na oportunidade, foi apregoado Requerimento de autoria de Mendes Ribeiro, deferido, solicitando o desarquivamento do Projeto de Lei do Legislativo nº 111/18 (Processo nº 1250/18). Também, foi apregoado Requerimento de autoria de Airto Ferronato, solicitando Licença para Tratamento de Saúde no dia primeiro de agosto do corrente. Ainda, foi aprovado Requerimento de autoria de Moisés Barboza, solicitando Licença para Tratar de Interesses Particulares do dia doze ao dia quatorze de agosto do corrente. Foi aprovado Requerimento verbal formulado por Ricardo Gomes, solicitando alteração na ordem dos trabalhos da presente sessão. Às quinze horas e cinco minutos, constatada a existência de quórum deliberativo, foi iniciada a ORDEM DO DIA. Em Votação Nominal, 2º turno, foi aprovado o Projeto de Emenda à Lei Orgânica nº 003/19 (Processo nº 0288/19), por vinte e seis votos SIM e sete votos NÃO, após ser encaminhado à votação por Cassio Trogildo, Cláudio Janta, Ricardo Gomes, Márcio Bins Ely e Mendes Ribeiro, tendo votado Sim Airto Ferronato, Alvoni Medina, André Carús, Cassio Trogildo, Cassiá Carpes, Cláudio Janta, Cláudia Araújo, Cláudio Conceição, Dr. Goulart, Felipe Camozzato, Hamilton Sossmeier, Idenir Cecchim, José Freitas, João Bosco Vaz, João Carlos Nedel, Lourdes Sprenger, Luciano Marcantônio,

Mauro Zacher, Mendes Ribeiro, Márcio Bins Ely, Mônica Leal, Paulinho Motorista, Paulo Brum, Prof. Alex Fraga, Reginaldo Pujol e Ricardo Gomes e Não Adeli Sell, Aldacir Oliboni, Karen Santos, Marcelo Sgarbossa, Mauro Pinheiro, Moisés Barboza e Roberto Robaina. Na ocasião, foi constatada a existência de quórum deliberativo, em verificação solicitada por Cassio Trogildo. Também, foi apregoado Requerimento de autoria de Professor Wambert, solicitando Licença para Tratamento de Saúde nos dias cinco e seis de agosto do corrente. Foi aprovado Requerimento verbal formulado por Mônica Leal, solicitando alteração na ordem de apreciação da matéria constante na Ordem do Dia. Em Votação, foram votados conjuntamente e aprovados os Requerimentos n^{os} 053, 068, 082, 083, 084, 088, 089 e 090/19 (Processos n^{os} 0215, 0261, 0303, 0304, 0305, 0347, 0348 e 0349/19, respectivamente). Em Discussão Geral e Votação, foi apreciado o Projeto de Lei do Legislativo n^o 122/17 (Processo n^o 1076/17), após ser discutido por José Freitas, Mônica Leal, Adeli Sell e Prof. Alex Fraga. Foi aprovado Requerimento verbal formulado por José Freitas, solicitando alteração na ordem de votação das emendas apostas ao Projeto de Lei do Legislativo n^o 122/17. Foram votadas conjuntamente e aprovadas as Emendas n^{os} 01, 02, 03 e 04 apostas ao Projeto de Lei do Legislativo n^o 122/17. Foi aprovado o Projeto de Lei do Legislativo n^o 122/17. Em Discussão Geral e Votação, foi aprovado o Projeto de Lei do Legislativo n^o 105/18 (Processo n^o 1178/18). Foi aprovado Requerimento verbal formulado por Moisés Barboza, solicitando alteração na ordem de apreciação da matéria constante na Ordem do Dia. Em Discussão Geral e Votação, esteve o Projeto de Lei do Legislativo n^o 222/17 (Processo n^o 1995/17), o qual teve sua discussão suspensa em face da inexistência de quórum deliberativo. Na oportunidade, foi apregoada a Emenda n^o 01, assinada por Cláudio Janta e Mendes Ribeiro, ao Projeto de Lei Complementar do Legislativo n^o 009/15 (Processo n^o 0248/15), e foi aprovado Requerimento de autoria de Mendes Ribeiro, solicitando que essa emenda fosse dispensada do envio à apreciação de Comissões Permanentes. Também, foi apregoada a Emenda n^o 03, assinada por Airto Ferronato, ao Projeto de Lei do Legislativo n^o 139/14 (Processo n^o 1480/14), e foi aprovado Requerimento de autoria de Airto Ferronato, solicitando que essa emenda fosse dispensada do envio à apreciação de Comissões Permanentes. Às dezesseis horas e onze minutos, constatada a inexistência de quórum, em verificação solicitada por Mendes Ribeiro, o Presidente declarou encerrados os trabalhos, convocando os vereadores para a próxima sessão ordinária. Os trabalhos foram presididos por Adeli Sell, Mônica Leal e Reginaldo Pujol e secretariados por Alvoni Medina. Do que foi lavrada a presente Ata, que, após distribuída e aprovada, será assinada pelo 1^o Secretário e pela Presidente.

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): O Adeli Sell está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR ADELI SELL (PT): Ver.^a Mônica, colegas vereadores, vereadoras, falo em nome da bancada do Partido dos Trabalhadores, do nosso líder, Ver. Sgarbossa, em meu nome e dos vereadores Comassetto e Oliboni. Manifestamo-

nos aqui sobre o caos em que vive Porto Alegre. Sim, um verdadeiro caos! Ontem tivemos um ônibus incendiado no Timbaúva, um daqueles ônibus que fazem o recolhimento das pessoas. Hoje, às 11h, depois de várias tratativas com a EPTC, com o 20º BPM, o primeiro ônibus circulou pelo bairro com acompanhamento da Brigada Militar. Vejam a que ponto chegamos – um caos instalado em Porto Alegre. Aprovamos aqui uma moção, dia 03 de julho, pedindo que 50% dos brigadianos permanecessem em Porto Alegre. Qual o retorno que temos sobre isso? Nada, por enquanto. Como ficam as pessoas do Timbaúva? Muitos não ficam esperando a linha alimentadora, vão caminhando até o Rubem Berta, porque têm que chegar cedo ao seu local de trabalho. Nós queremos pautar o governo para que nos responda sobre isso, mas o governo não fala. Achei que, na última vez, pela dureza das minhas palavras, fosse responder efetivamente o que coloquei aqui. Não, ficaram de resmungo pelos cantos. Essa é a postura do governo que vai para grande mídia e diz que quer aprovar 40 projetos. Quarenta projetos? E o plenário toda vez, às 14h, sem a presença da maioria – a começar com os líderes do governo. Se o governo acha que vai nos atropelar aqui, pode tirar o cavalinho da chuva. Não vão nos atropelar! Nós estamos com o povo de Porto Alegre, nós vamos levantar esta cidade contra a incompetência do governo! Nós somos a voz do povo, do povo da Timbaúva, que não tem mais para quem reclamar! Não têm médicos! Agora temos o grave problema dos ônibus. Não é diferente a situação na Lomba do Pinheiro, depois das 21h, não sobe ônibus na Dolores Duran. Olha a subida da Dolores Duran, olha o trecho que as pessoas têm que caminhar! E ainda falta iluminação pública, porque essa secretaria da iluminação pública é incompetência total e absoluta. Agora, tem o condomínio chamado Winter Park, o nome é bonito, só que para você pegar o ônibus efetivamente tem que caminhar vinte minutos, porque a linha alimentadora não vem nunca. Eu solicitei a uma pessoa lá que me desenhasse rua por rua e ponto por ponto, que quero apresentar aqui numa próxima oportunidade e mandar para o diretor Flávio, lá na EPTC. Faça-se justiça, ainda temos alguns diretores, alguns membros do governo com quem podemos não só conversar, mas até confiar, que é difícil, é difícil. Antes, eu perguntava para o Ver. Alex: “Mas o que vem o Adriano fazer de novo na Câmara”? Ele tem um apelido que rola por aí: ”mister enrolation”, é o próprio “mister enrolation”, enrola todo mundo. Nós estamos aqui para cobrar soluções, o transporte coletivo de passageiros de Porto Alegre é uma tragédia. Eu estou esperando uma decisão sobre o Alto da Erechim, há promessa de uma solução, então me calo sobre essa situação, mas não sobre a grave situação do Timbaúva, a situação da falta de ônibus no Winter Park, na Restinga, e a falta de ônibus, de noite, na Dolores Duran. E para concluir, há vilas em Porto Alegre em que a buraqueira é tanta que você não consegue entrar. Eu quero fazer um desafio aqui para um rali, rali da periferia, próximo ao seu local de moradia, Ver. Ferronato, se estou bem lembrado, lá no Morro Santana. Tenta entrar, vereador, vamos tentar entrar essa semana, nós dois juntos, na Vila Laranjeiras, é um horror. Chega de horrores, vamos defender Porto Alegre. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): O Ver. Ricardo Gomes está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR RICARDO GOMES (PP): Sra. Presidente, Sras. Vereadoras, Srs. Vereadores, gostaria de saudar a todos. Peço a atenção dos colegas para a situação que se desenrola junto à cabeceira da pista do Aeroporto Salgado Filho, onde, por obrigação contratual, a concessionária que assumiu a operação do aeroporto deve e precisa promover a expansão da pista em mais 800 metros, o que fará do Aeroporto Salgado Filho um aeroporto habilitado a receber voos com carga plena e estender o alcance desses voos, que hoje é meramente regional, permitindo ter voos diretos, com carga plena, para toda a América do Norte, Europa e África, direto do Aeroporto Salgado Filho. Um investimento bilionário que será feito na cidade e que é fundamental para recolocar Porto Alegre no eixo do desenvolvimento econômico e que enfrenta uma questão, sim, ideologizada com relação ao que se passa na Vila Nazaré. O governo federal construiu dois empreendimentos para alocar aquelas famílias que estão ali numa situação de penúria, numa zona invadida, sem endereço para as famílias, sem água encanada, sem esgoto, sem título de propriedade para aqueles moradores que ali estão. O governo federal construiu dois empreendimentos – Irmãos Maristas e Bom fim – para receber essas pessoas. Agora, há um movimento, sim, ideologizado de partidos políticos que estranhamente atendem a interesses até do tráfico de drogas que está estabelecido na região para evitar que essas famílias saiam dali para os imóveis dos quais serão proprietários. Com que interesse vão manter ali aquelas famílias, vivendo no meio do lixo, quando poderiam estar em imóveis novos, como proprietários, que receberão sem pagar por eles para deixar a Vila Nazaré e permitir não só a melhoria da situação de vida dessas famílias, mas também a expansão da pista do aeroporto? Faço esse alerta para que os Srs. Vereadores e as Sras. Vereadoras que têm interesse se envolvam nesse assunto, porque é fundamental para o desenvolvimento da cidade, é fundamental para a qualidade de vida daquelas famílias que estão ali, é fundamental para a segurança jurídica de todos os contratos de PPPs e concessões que se fazem no Rio Grande do Sul e que se farão no Brasil. Nós estamos enfrentando uma situação em que pequenos interesses privados escusos e, em alguns casos, ilícitos estão se sobrepondo ao bem das famílias que ali estão e ao bem do Estado e de Porto Alegre. Então eu gostaria de fazer esse apelo às senhoras e aos senhores para que acompanhem, nós vamos fazer uma ou duas visitas ao local, no aeroporto e na Vila Nazaré. Já é um convite aos senhores vereadores para que nos acompanhem para verificarmos *in loco* o que está se passando. Enquanto o governo federal fez um investimento milionário, a empresa privada fará um investimento bilionário, e aquelas pessoas que constituem, no Rio Grande do Sul, a velha vanguarda do atraso, querem que as famílias continuem morando no lixo para que não saia a ampliação da pista. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): O Ver. Mauro Zacher está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR MAURO ZACHER (PDT): Sra. Presidente, Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras, eu peço a atenção dos colegas porque o tema que trago, Ver. Márcio Bins Ely, que me concede o tempo de liderança para que eu possa aqui dividir o assunto, é um tema que está chegando às vésperas de acontecer, e vejo esta Casa debatendo muito pouco. Dia 29 de agosto, estará na Bolsa de Valores de São Paulo, a maior obra de infraestrutura que Porto Alegre já teve. O governo Marchezan coloca, para que possam surgir interessados, uma obra avaliada em R\$ 770 milhões. Percebam o volume, o tamanho e a importância que essa obra, em tese, tem para Porto Alegre. Mas é importante que nós façamos esse debate, que eu traga aqui elementos, porque não é uma coisa simples, aliás, as informações que chegaram a este vereador são algo que nos surpreende e que nos preocupa, embora conheça a matéria porque passei pela Secretaria de Obras do Município. Primeiramente, eu respondi a um artigo publicado na Zero Hora *online*, em relação à pesquisa que o governo fez, em que o pior serviço avaliado da cidade seria o serviço de iluminação de Porto Alegre. Trouxe-me uma estranheza, Ver.^a Mônica Leal, por quê? Porque eu fiz um pedido de informação, usei o acesso à informação, e nós temos, Ver. Ricardo, R\$ 92 milhões em caixa. Como é que tem um apagão na cidade, se nós temos R\$ 92 milhões de caixa? Espera um pouquinho: nós temos contrato de serviço? Temos. Quanto é que nós executamos desses contratos? Bom, os contratos são de R\$ 5 milhões; dois contratos, 12 equipes e executamos dois. Então o governo contingenciou os recursos sem necessidade, e nós estamos diante novamente daquele fato de que nós criamos o problema, sucateamos o serviço público de qualidade para sustentar uma parceria público-privada na ordem de R\$ 70 milhões. A segunda questão que eu quero trazer aqui, rapidamente, porque eu vejo que o tempo é curto, buscando informações quanto ao projeto de parceria da Prefeitura com o BNDS, em que ganhou inicialmente um edital de R\$ 6,5 milhões, o que nos estranha é o seguinte: a empresa Hauer ganhou no valor de R\$ 870 mil. Pois bem, então o BNDES e a Prefeitura estimam um valor R\$ 6,5 milhões para que seja construído o projeto, e uma empresa ganha por R\$ 870 mil. Mas, o preço está muito abaixo, 87% de desconto! Não, tem alguma coisa de errada! Não podem outras empresas estimarem R\$ 6,5 milhões, e nem essa empresa ganhar por R\$ 870 mil. É evidente que a empresa Hauer tem parceria com outras empresas que estão executando em outros locais do País, principalmente em BH, a Barbosa Mello. Aliás, a Barbosa Mello talvez seja uma das únicas empresas que possa ganhar essa licitação na Bolsa de Valores, Ver. Mauro Pinheiro, sabe por quê? Porque no edital está claro que só uma empresa que já tenha executado investimentos de obras públicas acima de R\$ 120 milhões poderá participar da licitação, ou seja, nenhuma empresa do Estado está nesse patamar. E mais, no edital também está colocado, Ver. Ricardo, o seguinte: as lâmpadas que não são mais usadas estão sendo questionadas pelo mundo, na verdade, a temperatura, o potencial de temperatura de 5.000k não é mais usado. São questionadas pela questão de saúde trazidas pela AMA – American Medical Association. São

questionadas, mas a Barbosa Mello é a maior importadora do Brasil de lâmpadas de 5.000k, o que dá a ela uma vantagem comparativa muito grande, Ver. Adeli, em relação às outras que irão disputar.

Mais do que isso, eu quero trazer mais um dado que merece a nossa discussão aqui: nós estamos diante da maior obra de infraestrutura da cidade, mas o secretário adjunto Fernando Dutra, que trabalhava numa empresa de consultoria que trabalhava lá em BH, veio para cá, escolhido pelo Banco de Talentos, que é o que a gente sabe, e trabalhou como secretário adjunto. E aí, é o seguinte: ele estruturou o projeto, sai e volta para a empresa que, provavelmente, será a empresa fiscalizadora da PPP. Mas é muita coincidência! Conversei com alguns técnicos da Prefeitura, “Diga uma coisa: quanto custaria para nós substituímos, com as nossas equipes terceirizadas, os 101 mil pontos de iluminação da cidade?” “Ora, vereador, assim, cálculos estimados, porque o valor está baixando, eu diria que com R\$ 70 milhões nós faríamos a substituição”. “Mas os contratos das terceirizadas preveem isso?” “Preveem”! Podem fazer a substituição do sódio, que o Ver. Cassio - que foi secretário -, junto com o Ver. Cassiá fizeram, e que custou R\$ 70 milhões ao Reluz, poderia ser feita então a substituição. “Então, custariam R\$ 70 milhões?” “É.” “Mas a PPP, em 20 anos, não vai custar R\$ 770 milhões?” “Pois é, e é por isso que nenhum engenheiro daqui da DIP vai assinar e não assinou porque não aceitamos.”

Eu finalizo, Ver.^a Mônica, com a sua permissão e com a sua paciência, dizendo que o prefeito tem que explicar para nós, desta Casa, onde estão os R\$ 92 milhões do Fumip, porque, se não explicar para nós, se não ficar claro porque não usou para trocar as luminárias, deixou a cidade ficar mal avaliada, deixou as lâmpadas ficarem apagadas, pois bem, então, ele vai ter que explicar para nós onde ficaram esses recursos, porque, senão, vereadores da base, líder do governo, nós podemos estar diante de um crime de responsabilidade do prefeito, que usou os recursos que são específicos da iluminação pública para outro destino. Eu quero explicação. Estamos trazendo aqui elementos para o bom debate, Ver.^a Mônica Leal, porque estamos diante da maior obra de infraestrutura que esta cidade já teve. Eu não sou contra PPPs, mas quero que a cidade possa fazer melhor uso, o melhor investimento, para que possamos trazer aquelas coisas boas que o cidadão tanto aguarda. Então quero finalizar dizendo o seguinte: Brizola dizia: “Quando tem rabo, quando tem bico, quando tem couro, é jacaré”.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): Apregoo e defiro o requerimento de autoria do Ver. Mendes Ribeiro, solicitando o desarquivamento do PLL nº 111/18.

O Ver. Airto Ferronato solicita Licença para Tratamento de Saúde no dia 1º de agosto de 2019.

O Ver. Moisés Barbosa solicita Licença para Tratar de Interesses Particulares no período de 12 a 14 de agosto de 2019. Em votação. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que aprovam o pedido de licença permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

O Ver. André Carús está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR ANDRÉ CARÚS (MDB): Sra. Presidente, colegas vereadoras e vereadores, quero falar aqui de uma agenda urbana, de alguns temas que de alguma forma serão objeto de debate aqui nesta Casa e têm repercutido na imprensa e nas nossas andanças, nos roteiros que fizemos pelos diferentes bairros de Porto Alegre. Primeiro, quero saudar a iniciativa que, na quinta-feira, será formalizada, da parceria do Poder Executivo Municipal com a ONU Habitat, que é uma agência de cooperação voltada para o planejamento urbano, para os assentamentos humanos. E que tenho certeza vai orientar tecnicamente, da melhor forma possível, não só o Executivo, no envio da matéria para cá, mas também colaborar nas discussões que serão travadas aqui na Câmara sobre a revisão do Plano Diretor. É bem verdade que é um processo que começa, de certa forma, atrasado pela complexidade do assunto, pela interação necessária que se deve ter com a sociedade civil organizada, pela audição que se deve ter dos segmentos urbanísticos ambientais e também das comunidades de um modo geral. Mas vamos fazer essa discussão de uma maneira bastante profunda, tenho certeza que o suporte da ONU será fundamental para isso.

Um outro tema que eu quero fazer referência diz respeito à revitalização do Viaduto Otávio Rocha. Nós temos, desde 2015, um projeto que tem um orçamento em torno de R\$ 34 milhões, que é a Associação Representativa dos Comerciantes do Viaduto Otávio Rocha, ARCOV, que lutou muito para que essa proposta saísse do papel. Pois agora foi encaminhado o projeto, a Prefeitura aceitou retomar essa discussão e essa análise, e a responsável pelo EPHAC diz que vai levar dois meses para analisar um projeto que está pronto. Ver. Adeli, com toda sinceridade, nós já vencemos as batalhas mais duras em relação ao Viaduto Otávio Rocha, que era a sensação de abandono, a falta de limpeza, a sujeira, a criminalidade que campeava naquela região. Hoje a vizinhança, e o comércio do entorno, vive e circula ali com muito mais tranquilidade, Presidente. Aí vencemos duas etapas importantes: devolvemos vida e circulação para o viaduto, e a Câmara teve papel fundamental, vários vereadores se envolveram nisso, até mesmo a Mesa Diretora a seu tempo. Aí agora que tem um projeto já elaborado há quatro anos, as entidades que se ocuparam da elaboração do projeto têm condições de captar recursos, não só públicos, como privados, vai lá o “tranca rua”, o Epahc, e diz que vai levar dois meses para analisar. Como é que nós vamos fazer uma agenda de inovação urbana para melhorar os pontos turísticos da nossa cidade, os pontos de aglomeração urbana da cidade, se tem uma equipe tranca rua no Epahc, que não nos deixa fazer isso. Nós nunca vamos nos projetar numa agenda de inovação urbana desta forma. Então faço aqui uma crítica real a isso que está ocorrendo. Nós precisamos avançar em relação ao Viaduto Otávio Rocha, os problemas sociais que ali existiam, os problemas de dependência química dos que ali habitavam, os problemas de criminalidade que ali campeavam foram reduzidos, e muito, e há um esforço de uma ação pública orquestrada para que isso ocorresse. Pois agora é preciso um passo adiante, e a revitalização, com a busca de recursos públicos ou privados, repito, precisa ter a sensibilidade dos órgãos, porque o Epahc é um órgão de preservação do patrimônio

histórico; ele não pode se entender ou se autointitular um órgão de apropriação de meia dúzia que está lá dentro do patrimônio histórico. Ele tem que permitir que a cidade qualifique o seu patrimônio histórico sem perder as suas origens. É isso que se pretende, e o Viaduto Otávio Rocha simboliza isso. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): O Ver. Roberto Robaina está com a palavra para uma Comunicação de Líder, pela oposição.

VEREADOR ROBERTO ROBAINA (PSOL): Boa tarde, Presidente Mônica, vereadores e vereadoras, público que assiste à TV Câmara, eu queria comentar e fazer uma consideração sobre o processo de terceirização, de privatização da saúde pública. Nós tivemos, no dia 22 de julho, uma decisão liminar, suspendendo a licitação dos postos de atendimento da Bom Jesus e da Lomba. Foi uma decisão por conta de um fato que eu considero muito grave: esses postos de atendimento, essa privatização, esse processo de sucateamento do serviço público de saúde, para depois entregar para a iniciativa privada, ia resultar na entrega para uma empresa que já tem serviços prestados em São Paulo para a Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina, e essa empresa tem apontamentos que denunciam corrupção pelo Tribunal de Contas de São Paulo e pelo Ministério Público – já teve até CPI, em São Paulo, por conta das acusações que envolvem essa empresa. E essa empresa pode ainda administrar, caso seja vencida essa liminar que a justiça concedeu suspendendo a licitação, dois postos de atendimento aqui em Porto Alegre. Também está em curso, por parte do governo Marchezan, uma tentativa de privatizar a gestão do HPS, que é o coração da saúde em Porto Alegre. Evidentemente, o HPS tem muitos problemas, necessita investimento; mas, mesmo o HPS tendo muitos problemas, todos sabem a importância que tem. São poucas as pessoas que não foram atendidas ou que não tiveram um familiar sendo atendido pelo HPS. Apesar do sucateamento de que vem sendo vítima, o HPS é um hospital qualificado, sim, com equipes de médicos, de enfermeiros e de técnicos qualificados. Esse projeto do governo Marchezan prevê que uma empresa privada – espero que não seja a mesma que ficaria responsável pelo atendimento dos postos da Lomba e da Bom Jesus – comece a contratar médicos, comece a contratar enfermeiros. Depois, o município fica na mão dessa empresa, que pode fazer o que quiser com a saúde pública de Porto Alegre, piorando ainda mais a situação da nossa saúde e destruindo um hospital que, embora tenha necessidade de investimento, é, sim, um hospital importante, um hospital conceituado, um hospital útil para a população de Porto Alegre e do Estado. Vale lembrar que as vítimas da Kiss foram tratadas aqui no HPS. O HPS é, sim, um hospital de excelência em algumas áreas. Eu me preocupo com esse processo de terceirização, de privatização, com essas licitações, pela razão que moveu o Ver. Mauro Zacher a usar a tribuna para colocar algo gravíssimo: a possibilidade de uma licitação já pré-programada com um vencedor. Isso que o Mauro Zacher falou aqui. Então, nós temos empresas de saúde de São Paulo que participavam

da gestão do PSDB e, agora, empresas de BH para cuidar da licitação, para ganhar uma licitação de mais de R\$ 700 milhões. É muito grave! Eu acho muito importante a intervenção do Ver. Mauro Zacher, e é muito importante que o governo tome a palavra para explicar, porque isso exige uma explicação. A intervenção do Mauro Zacher foi muito clara em relação ao risco que nós tenhamos que entregar a iluminação pública da cidade a uma empresa privada, que realmente seria uma empresa privada envolvida já previamente no esquema de licitação com as cartas marcadas - já definido previamente quem vai vencer. Foi um vereador que disse isso. O governo não pode ficar fazendo de conta que não ouviu. Foi dito aqui, nesta tribuna. E eu estou falando também de dois postos de atendimento, que a justiça teve que barrar a entrega desses dois postos de atendimento para uma empresa de São Paulo, acusada de corrupção pelo Tribunal de Contas de São Paulo, pelo Ministério Público, com CPI em São Paulo. E o Marchezan diz: “Venha esta empresa administrar a saúde de Porto Alegre”. Isso é um escândalo! Então, é importante discutir. Quero terminar só apontando que nós, na CUTHAB, vamos discutir, sim, o Ricardo Gomes levantou aqui o tema, da Vila Nazaré. Nós temos interesse muitíssimo em discutir os problemas envolvendo a Vila Nazaré. São 1.500 famílias. Nós estivemos lá durante o recesso, 1.500 famílias, sendo que o processo de transferência delas tem sido feito por sorteio. Oitenta e cinco por cento vão para o Timbaúva, que é uma área conflagrada, aí tem todo um rolo envolvendo segurança pública, onde essas famílias não têm condições de convivência. Quinze por cento...

(Som cortado automaticamente por limitação de tempo.)

(Presidente concede tempo para o término do pronunciamento.)

VEREADOR ROBERTO ROBAINA (PSOL): ...têm que ter um processo de urbanização civilizado. Não se pode ter um plano de remoção, que seja um plano de remoção, onde as pessoas têm as suas casas derrubadas e não há nenhuma planificação. Além do mais, e termino dizendo isto, Presidente Mônica, o Ministério Público Federal diz que a Fraport precisa aumentar os recursos para garantir a moradia. Há uma luta judicial, que agora tem uma sessão no dia 8 de agosto, entre o Ministério Público Federal, pedindo mais recursos para a Fraport garantir moradia, e a Fraport, evidentemente, tentando resistir. A Prefeitura não pode ser advogada da Fraport. A Prefeitura tem que ser advogada do interesse público e garantir um processo decente para aquelas pessoas, que vivem na Vila Nazaré. E esse processo decente não é com a polícia simplesmente removendo e colocando as pessoas sem nenhum destino, que é o que está ocorrendo hoje. Não é possível, a Câmara dos Vereadores ficar omissa com relação a isso, e a CUTHAB, sim, vai debater esse assunto. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): O Ver. Ricardo Gomes está com a palavra.

VEREADOR RICARDO GOMES (PP) (Requerimento): Sr. Presidente, solicito o adiamento do período de Grande Expediente para a próxima sessão.

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): Em votação o Requerimento de autoria do Ver. Ricardo Gomes. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

O Ver. Moisés Barboza está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR MOISÉS BARBOZA (PSDB): Boa tarde, Presidente Mônica, colegas; eu não poderia deixar de subir aqui e rebater algumas coisas que foram ditas pelo Ver. Mauro Zacher e pelo Ver. Roberto Robaina. Eu não vou ocupar cinco minutos para falar o óbvio. Esse pregão que vai ter na Bolsa de Valores, concorrência internacional, Ver. Mauro Zacher, se o senhor tem uma denúncia para fazer, o senhor a faça no Ministério Público. Vir à tribuna e dizer que está dirigido, que a empresa Tal vai ser feita, que foi montado.

(Aparte antirregimental.)

VEREADOR MOISÉS BARBOZA (PSDB): Mas eu estou pedindo que faça formalmente ao Ministério Público. É extremamente interessante denúncias gravíssimas serem trazidas à tribuna, ditas, mas não convertidas em denúncias formais. Eu estou pedindo que seja feito. Vir aqui dizer que o prefeito Marchezan é advogado de alguma empresa. Todo mundo sabe aqui do histórico que o ex-deputado Nelson Marchezan tem de luta contra benesses, inclusive, contra o Judiciário. Nunca houve e nunca haverá nenhum indício ou fumaça de jogadas antiéticas, direcionamentos, enriquecimentos ilícitos, maracutaias. Se houver, que a façam formalmente. Isso é descabido e um absurdo. Obrigado, Presidente.

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): O Ver. Cláudio Janta está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR CLÁUDIO JANTA (SD): Sra. Presidente e Srs. Vereadores. Quero falar aqui de uma propaganda que está no mundo inteiro: o governo federal está liberando R\$ 500,00 do fundo de garantia. Olhem que maravilha! Todos terão R\$ 500,00 para gastar, será uma fartura e a economia terá um crescimento. O Presidente está falando que vai injetar um dinheirão na economia, R\$ 500,00, só que esse Presidente continua mentindo. Ele disse que vai liberar R\$ 500,00, no dia 13 de setembro, para injetar na economia, mas uns vão dizer: “Serão milhares de pessoas tirando R\$ 500,00”! Sim, serão milhares de pessoas que estão devendo e somente aquelas que têm poupança na Caixa Econômica Federal; quem não tiver, poderá tirar esse valor em outubro. Só digo que não fala a verdade, porque quem tirar esses R\$ 500,00 agora e, por uma fatalidade, for demitido, terá que esperar um ano para retirar o seu fundo de garantia. Quem for se aposentar e quiser tirar o fundo de garantia, terá que

esperar um ano; quem contrair uma doença grave, terminal, e também terá que esperar um ano para sacar o seu fundo de garantia. O Governo não diz é que esses R\$ 500,00 é apenas uma das opções que as pessoas têm para sacar o fundo de garantia. O que o Governo deveria fazer, de fato, são duas políticas para melhorar a vida dos trabalhadores: a primeira seria uma nova tabela de imposto de renda. Ninguém aguenta mais pagar impostos neste País, ninguém aguenta mais ganhar quatro mil duzentos e poucos reais e pagar 27% de imposto de renda; ninguém aguenta mais ganhar R\$ 1.900,00 e ganhar 7,25% de imposto de renda. E outra questão que o governo deveria pensar é que ninguém aguenta mais pagar 48,28% na luz; ninguém aguenta mais pagar 37,88% de imposto na água; ninguém aguenta mais pagar 35,28% de imposto no milho, que é um insumo básico para toda alimentação na cadeia produtiva que vem lá do campo para alimentar os animais e chega até a mesa das pessoas como sendo um dos principais insumos de alimento; ninguém aguenta mais pagar 35,98 %, imposto embutido em um dos produtos que está na mesa dos pobres, que é a margarina; ninguém aguenta mais pagar. Até o dia de hoje, antes de eu subir à tribuna, R\$ 1.472.949 trilhão em impostos neste País. Não adianta dar R\$ 500,00 para as pessoas, pois só num saque esse valor já vai se diluir, só num saque as pessoas deverão perder em torno de 10% desse dinheiro com as taxas bancárias. Nós precisamos injetar dinheiro na economia, e são duas formas: uma nova tabela do imposto de renda em que o dinheiro fique na mão e no bolso das pessoas e fique na economia; a outra forma é diminuir essa carga tributária que nos levou a pagar impostos, até o dia 13 de junho de 2018, nós trabalhamos, em 2018, 164 dias para pagar impostos, trabalhamos até o dia 13 de junho. Eu subi nesta tribuna e disse que era até o Dia dos Namorados, eu até comemorei como sendo o dia em que pagaremos impostos no nosso País, mas deu um dia a mais, o dia 13 de junho. Então, nós não aguentamos mais essa ganância do governo em arrecadar; não aguentamos mais essa ganância do governo, que diz que vai injetar R\$ 500,00 do fundo de garantia, que o governo injeta na economia e não vai injetar em nada, porque virá - a partir de 13 de setembro, para quem tem conta na Caixa e dia 18 de outubro para quem não tem - se diluindo, para as pessoas que tiverem que sacar o seu fundo de garantia e tirar os R\$ 500,00. Não poderá fazer quem for demitido, quem tiver que sacar por qualquer outro motivo, não é permitido tirar o seu fundo de garantia. Então, não se iluda, trabalhador, R\$ 500,00 não vai resolver o seu problema, o que resolve é uma reforma tributária, o que resolve é uma nova tabela de imposto de renda. Muito obrigado.

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP) – às 15h05min: Havendo quórum, passamos à

ORDEM DO DIA

VOTAÇÃO NOMINAL

(encaminhamento: autor e bancadas/05 minutos/sem aparte)

2º TURNO

PROC. Nº 0288/19 – PROJETO DE EMENDA À LEI ORGÂNICA Nº 003/19, de autoria do Ver. Cassio Trogildo, que inclui art. 116-A na Lei Orgânica do Município de Porto Alegre, dispondo sobre a execução orçamentária e financeira da programação incluída por emendas individuais do Legislativo Municipal em Lei Orçamentária Anual (LOA).

Parecer Conjunto:

- da **CCJ, CEFOR, CUTHAB, CECE, CEDECONDH, COSMAM**. Relator-Geral Ver. Mendes Ribeiro: pela aprovação do Projeto.

Observações:

- para aprovação, voto favorável de dois terços dos membros da CMPA, em ambos os turnos – art. 130 do Regimento da CMPA;
- votação nominal nos termos do art. 174, II, do Regimento da CMPA;
- incluído na Ordem do Dia em 01-07-19.

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): Em votação, em 2º turno, o PELO nº 003/19. (Pausa.) O Ver. Cassio Trogildo está com palavra para encaminhar a votação da matéria, como autor.

VEREADOR CASSIO TROGILDO (PTB): Boa tarde, Sra. Presidente, Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras, público que nos acompanha nas galerias e pela TV Câmara. Estamos chegando ao momento da possibilidade, Ver. Cláudio Janta, de votação, em 2º turno, de um Projeto de Emenda à Lei Orgânica do Município que tem um rito todo especial de tramitação, Ver. Márcio Bins Ely. Fizemos duas sessões de discussão, fizemos uma primeira sessão de votação, em que o projeto, Ver. Paulinho Motorista, obteve 27 votos favoráveis. Votaríamos em 2º turno ainda antes do recesso, mas eu falei desta tribuna que não gosto de ser constrangido e não gosto de constranger. E alguns colegas vereadores insistiram, Ver. Mauro Zacher, para que pudéssemos, então, deixar para depois do recesso. O líder do governo, Ver. Mauro Pinheiro, inclusive foi um dos que nos apelou neste sentido. Então pedimos o adiamento da segunda votação para que ele pudesse ser o primeiro projeto da primeira sessão, Ver. Cláudio Conceição, em que tivesse Ordem do Dia. O que estamos propondo, Ver. Luciano Marcantônio, nada mais, nada menos do que a recepção, Ver. José Freitas. Nós estamos recebendo o que o Congresso Nacional, Ver. João Bosco Vaz, já aprovou em 2015, as chamadas emendas impositivas. Mas, na verdade, é um valor, Ver. Mendes Ribeiro, reservado para que os vereadores não possam usar a seu bel-prazer, mas, sim, indiquem para que os vereadores não possam usar ao seu bel-prazer, mas, sim, indiquem para o Executivo qual a melhor forma de utilização desses recursos. Nós que estamos, Ver. Ricardo Gomes, todos os dias. Com certeza, o somatório das nossas presenças, dos 36 vereadores, em toda a Cidade, é um conjunto de ouvidos que está, a

todo o momento, Ver. Paulo Brum, escutando a população e verificando aquelas demandas que são mais prementes, mais necessárias no dia a dia das pessoas. Esses recursos, Presidente, vão resolver todos os problemas da Cidade? Logicamente que não. É uma pequena contribuição que a Câmara de Vereadores vai poder fazer no orçamento municipal do ponto de vista da indicação das demandas. Esse valor poderia ser até 1,2% da receita corrente líquida, o que daria mais de R\$ 698 milhões anuais e mais de R\$ 1,8 mil por vereador. Fizemos a opção, conversando com a grande maioria dos vereadores: apresentar um projeto que está estabelecendo 0,65% da receita corrente líquida ou um pouco menos de R\$ 37 milhões, valor inferior àquilo que a Câmara economiza todos os anos no seu orçamento e devolve para o Executivo. Só no ano passado, Presidente Mônica – a senhora já era Vice-Presidente, o Ver. Valter era o Presidente –, a Câmara economizou 39,5 milhões. Tenho certeza de que na sua gestão o valor vai ser muito próximo a isso de novo. O que nós estamos fazendo com essa emenda à Lei Orgânica? Estabelecendo que menos do que o valor desses recursos economizados e que a Câmara devolve todo ano para o Executivo para o seu caixa único, que menos do que esse valor, os vereadores, através de emendas individuais, através da sua percepção das principais dificuldades, daquelas dificuldades pontuais nas comunidades, Ver. Mauro Zacher, estaremos aprovando as emendas impositivas para que os vereadores possam indicar ao Executivo o valor de até R\$ 1 milhão em despesa que não podem ser despesas continuadas. Metade desse valor, Ver. Lourdes Sprenger, tem que ser na área da Saúde, como assim também determina a Constituição. Portanto, eu acho que é um projeto que vem auxiliar na elaboração do Orçamento e também na execução orçamentária do Município de Porto Alegre. Como eu disse na Sessão anterior, ao início do recesso, nós colhemos 29 assinaturas para apresentar esse projeto. Portanto, esse projeto não é mais do Ver. Cassio Trogildo; esse projeto é daqueles 29 que apresentaram, dos 27 que votaram na primeira votação, e eu quero que possa ser um projeto dos 36 vereadores para que possa se tornar, efetivamente, uma ferramenta da cidade de Porto Alegre na construção do orçamento municipal, todos os anos, na nossa capital de todos os gaúchos. Muito obrigado e um grande abraço a todos.

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): O Ver. Cláudio Janta está com a palavra para encaminhar a votação do PELO nº 003/19, em 2º turno.

VEREADOR CLÁUDIO JANTA (SD): Sra. Presidente, Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras, nós estamos discutindo aqui o que a gente vê no Congresso Nacional, o que a gente vê na Assembleia Legislativa, que é a possibilidade de cada um dos membros desta Casa destinarem um recurso que, todo final do ano, nós destinamos para a Prefeitura. Nós não estamos aqui buscando nenhum recurso no orçamento do Município, nós não estamos pegando nenhum recurso de nenhuma área do Município, nós não estamos demandando aumento de receita, não estamos mexendo em nada. Nós estamos pegando o dinheiro que é repassado para a Câmara de Vereadores de Porto Alegre, que todo o final de ano, ou até antes, é devolvido para o Município de Porto Alegre, e permitindo que os vereadores, no seu todo, cada um destine 50% desse

recurso para a área da Saúde. Cinquenta por cento desse recurso, Ver. Márcio Bins Ely, que me ouve atentamente, poderão ser destinados, por exemplo, poderá se juntar uma bancada, poderão se juntar cinco ou seis membros desta Casa e destinar 50% desse recurso para ampliar um posto de saúde. Nós podemos - isso cabe ao convencimento político – juntar uma quantidade de vereadores e determinar que esse recurso irá para abertura de mais um posto de saúde até às 22 horas. Nós podemos juntar um recurso de vereadores dos outros 50% dos vereadores e determinar que esse recurso vá para uma creche e não mais irá para o caixa único do Município, como ocorre hoje. Nós devolvemos R\$ 30 milhões, R\$ 20 milhões, nos finais de ano, e esse dinheiro vai para o caixa único do Município. Nós teremos a opção de cada um dos vereadores desta Casa, administrar uma parcela 0,65% individual desse recurso, que hoje vai para o Município. Hoje a única coisa que há é o valor montante que a Casa devolve para o Executivo. Então, não vamos pegar dinheiro de parte alguma, nós não vamos aumentar a arrecadação da Câmara de Vereadores, nós não vamos tirar o dinheiro da Fazenda, nós vamos tirar dinheiro da administração, nós não vamos tirar o recurso de nenhum outro lugar, esse recurso é exclusivamente o repasse que vem do Executivo para a Câmara de Vereadores e vai permitir a cada um de nós, que achar que pode desenvolver uma política individual, coletiva ou até de bancada, ou juntar um número expressivo de vereadores, desenvolver uma política a bem da cidade de Porto Alegre, a bem das pessoas na cidade de Porto Alegre. Sempre lembrando que 50% desses recursos terão que ser destinados à área da Saúde; 50% desses recursos terão que ser destinado a equipamentos da área de Saúde, não poderão ser usados para pagamento de pessoas, terão que ser usados para melhorar a estrutura da área da Saúde. Nós temos a responsabilidade de chegar até aqui, nós temos a responsabilidade que nos foi imposta pela população de Porto Alegre de administrar o Executivo. Então nós não podemos mais, a cada final de ano, ver a Câmara de Vereadores devolver recursos para o Executivo, e esses recursos, muitas vezes, volto a afirmar, irem para o caixa único e não ter um destino. Muitas vezes, os vereadores aqui botam rubrica para que esse recurso vá para assistência social, que esse recurso vai para às creches, que esse recurso vá para área da Saúde, mas, na verdade esse recurso lá chegando, Ver. Prof. Alex Fraga, ele vai para o caixa único; lá chegando, ele se mistura novamente com o recurso do Município, e nós temos a possibilidade de esta Casa, de cada um dos seus membros direcionar, trabalhar com esse recurso, nos dando a autonomia que os deputados federais e estaduais têm com as suas emendas propositivas, com as suas emendas próprias, para que possamos construir dentro da Casa, pois há regras, há formas de fazer isso, existem estudos para que se faça isso, não é simplesmente nós pegarmos e fazermos a emenda. Então, nós esperamos aprovar, em segundo turno, essa proposta de emenda à Lei Orgânica do Município, permitindo que os vereadores de Porto Alegre façam as emendas ao orçamento, façam emendas ajudando a população de Porto Alegre. Muito obrigado, Sra. Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): O Ver. Ricardo Gomes está com a palavra para encaminhar a votação do PELO nº 003/19, em 2º turno.

VEREADOR RICARDO GOMES (PP): Sra. Presidente, senhoras vereadoras e senhores vereadores, eu quero, em nome da bancada do Partido Progressista – vereadores Cassiá Carpes, João Carlos Nedel, Mônica Leal e este vereador -, encaminhar a matéria pela segunda vez, porque já o fizemos quando da votação em 1º turno desta emenda à Lei Orgânica do Município. Encaminhamos de maneira afirmativa para voto “sim” porque entendemos que a fiscalização e a participação da Câmara de Vereadores na elaboração da política pública do Município são fundamentais. Não só isso como também a alocação de parte – e apenas parte, Ver. Cassio – do recurso que a Câmara não utiliza no seu orçamento e que, portanto, disponibiliza para o Poder Executivo aplicar, alguns dizem erroneamente que devolvemos dinheiro, não devolvemos porque não era de outrem, era da Câmara, a Câmara oferece parte dos seus recursos ao Executivo, recursos que não foram gastos na administração do Poder Legislativo.

Os países mais avançados do mundo, à exceção dos Estados Unidos, onde o regime de governo é parlamentarista, onde o governo se dá como expressão do Poder Legislativo, e o que nós estamos aqui tratando é de uma ferramenta para que o Poder Legislativo participe da execução orçamentária do Município com mais presença do que a mera aprovação do orçamento. E por que isso se faz necessário? Ora, 50% do orçamento do Município já é vinculado, os outros 50% o próprio prefeito, através de decreto, pode fazer uma realocação de uma monta considerável, fazendo com que a peça orçamentária seja praticamente uma peça de ficção, que dá uma autorização ao Executivo muito maior do que os recursos que tem, e quando olhamos o próprio orçamento, que foi analisado nesta Casa, sabemos que há ali margens imensas, porque há despesas que estão lançadas e que não serão satisfeitas. A maior prova disso é que o déficit anunciado no ano passado terminou sendo menos de R\$ 100 milhões, porque sabe-se que há margens no orçamento, porque o orçamento não é cumprido ao bel prazer do Executivo. Isso não é um defeito de Porto Alegre, é um defeito do Estado, é um defeito dos demais Municípios e é um defeito da União. As emendas impositivas como as que estamos aqui a votar, neste caso, de 0,65% dos recursos do orçamento, nem 1%, essas, sim, aprovadas aqui, valem lá. Estas, sim, determinadas pela Casa, serão cumpridas. Queria que chegássemos onde chegou a Nova Zelândia, em que 100% do Orçamento é impositivo, em que o Executivo é obrigado a executar o que o Legislativo lhe determina. Infelizmente, não é assim no Brasil, o todo-poderoso Poder Executivo cumpre o que bem entende do orçamento, e essa aqui é uma ferramenta para enfrentar um defeito constitucional brasileiro. Enfrenta em 0,65% o problema, não é um desastre orçamentário, não impede a alocação desses recursos. Cinquenta por cento desses recursos devem ir para a saúde, o que inclusive ajuda o Executivo a cumprir os valores vinculados e os valores obrigatórios que devem ir para a saúde no orçamento. É, portanto, uma ferramenta, sim, de maior participação do povo. Alguns disseram que se trata de uma ferramenta redundante com o Orçamento Participativo. Não é, obviamente

que não é. Primeiro, porque o OP, o executa o prefeito se bem entender. O Orçamento Participativo não é impositivo. Segundo, porque, no Orçamento Participativo, se apenas parte da sociedade frequenta, dele participa e lá vota, aqui na Câmara não. Aqui há a garantia da representação de todas as esferas e dimensões de opiniões da cidade. E é por isso que esta emenda favorece, inclusive, a oposição. Mas não oposição a este governo, a oposição a todo e qualquer governo, qualquer oposição. É uma ferramenta de resguardo da democracia da cidade, da participação do povo através dos seus representantes no cumprimento do orçamento. E é por isso, Presidente Mônica, Ver. Cassio Trogildo, que é o autor, mas também a todos que assinaram e votaram, que nós, do Partido Progressista, encaminhamos de maneira favorável ao projeto. Obrigado, Sra. Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MONICA LEAL (PP): O Ver. Márcio Bins Ely está com a palavra para encaminhar a votação do PELO n° 003/19.

VEREADOR MÁRCIO BINS ELY (PDT): Ver. Monica Leal, na pessoa de V. Exa., cumprimento os demais vereadores, vereadoras, público que nos assiste nas galerias, pela TV Câmara, senhoras e senhores, estava aqui escutando atentamente os vereadores que nos antecederam, todas as ponderações, a questão da Constituição, que traz a previsão de 50% desse recurso ser investido na saúde. Eu acredito que só pelo fato de nós termos, Ver. Cassio, 50% desse valor de emendas impositivas destinado por lei, obrigatoriamente, à saúde, já é um ganho para a cidade. Porque se a Câmara está devolvendo R\$ 30 milhões para o Executivo, que, muitas vezes, ou na maioria das vezes, Ver. Mauro Zacher, vai parar no caixa único, é porque este recurso não está indo para a saúde, e obrigatoriamente ele irá para saúde. Então, só sob esse aspecto, especialmente no que diz respeito à questão da saúde, eu acho que ganha a cidade, ganha Porto Alegre, e já seria suficiente para que nós estivéssemos acompanhando esta iniciativa do Ver. Cassio Trogildo. Que, aliás, não é uma construção fácil, porque nós teremos que ter uma construção aqui de maioria absoluta dos vereadores, com 24 votos favoráveis – o que não vai ser fácil. Portanto, é muito importante – falo aqui em nome da bancada do PDT – que nós possamos aprovar este regramento para o bem da cidade.

Quero trazer aqui mais uma reflexão. Quando nós analisamos a composição da Casa, os 36 vereadores que estão sentados em suas cadeiras, percebe-se a representação da vontade de 100% da cidade; aqui estão representados, proporcionalmente, 100% dos votos dos cidadãos de Porto Alegre. Por que não delegar a estes legitimamente eleitos a responsabilidade de destinar uma parte dos recursos da cidade para o bem da cidade, sendo que, desses recursos, Ver. Alvoni, a metade está garantida para a saúde? Tem alguma coisa mais justa do que isso? Ao invés de devolvermos para a Prefeitura R\$ 35 milhões, R\$ 30 milhões, vamos devolver para a saúde já, de arrancada; e os outros R\$ 15 milhões, uns vão batalhar para, quem sabe, manter as aulas no ensino médio, nas escolas que estão sendo fechadas, enfim, cada um vai trazer sua prioridade, outros na área do esporte e recreação, na área da cultura –

tradicionalismo, carnaval –, educação, segurança, as mais diversas áreas, em que cada um tem sua afinidade, vai poder contribuir – mercado imobiliário, recuperação de parques, praças ou escolas. Uma contribuição individual do vereador pelo seu sentimento, na territorialidade da cidade, no que está mais carente, inclusive com incentivos na geração de emprego e renda, por que não? Ver. Cassio Trogildo, quero dizer que estaremos encaminhando favoravelmente na esperança de que se possa renovar a primeira votação, ou o 1º turno dessa votação que entendeu a Casa pela aprovação desta iniciativa, digo e repito, pelo bem da cidade, mas, muito em especial, pelo bem da saúde de Porto Alegre, porque está lá garantido no texto da Constituição: 50% desse valor será destinado para a saúde; para estruturar o Hospital Vila Nova, o Hospital da Restinga e o HPS e tantas outras questões que já estiveram em pauta no 1º semestre de trabalho deste ano, Ver. Mauro Pinheiro, como a questão dos postos de saúde da Lomba do Pinheiro e da Bom Jesus. Por que não trazermos também o assunto relativo à destinação das emendas impositivas para subsidiar essa pauta, socorrendo a saúde por iniciativa dos vereadores? Então, essas são as nossas considerações. Encaminhamos de forma favorável à aprovação do projeto. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): O Ver. Mendes Ribeiro está com a palavra para encaminhar a votação do PELO nº 003/19 em 2º turno.

VEREADOR MENDES RIBEIRO (PMDB): Boa tarde, Presidente Mônica, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, público que nos acompanha nas galerias e através da TVCâmara. Nada melhor do que voltar aos trabalhos neste 2º semestre, apreciando e votando um projeto desta importância: importante para a cidade, importante para as comunidades, mas também extremamente importante para nós, vereadores. Este projeto está como de autoria do Ver. Cassio, mas eu acho que é da Câmara de Vereadores, é dos vereadores. Este projeto valoriza o nosso trabalho na Câmara Municipal de Porto Alegre, porque nós andamos 24 horas pela cidade, visitamos cada burquinho desta cidade, sabemos do que a cidade precisa, do que a cidade não precisa, onde a gente pode investir, colocar recursos. Eu tenho experiência, não por trabalhar, mas por viver na família, e sei da importância das emendas parlamentares da Câmara dos Deputados para os municípios do nosso Estado. A gente sabe o quanto é importante cada emenda para a vida do cidadão que vive na cidade pequena do interior, o investimento em infraestrutura, em saúde. Então, eu tenho certeza de que esta emenda impositiva também será importante para a vida do cidadão de Porto Alegre. Mas eu queria levantar algo aqui que os vereadores que me antecederam, que já fizeram as suas defesas e que não precisaria nem de este vereador subir e defender, mas é importante um vereador da bancada do MDB, com cinco vereadores, que integra o governo, vir também e dizer que é favorável a este projeto por entender importante para esta Casa. Hoje, a gente trabalha, a gente vota o orçamento, cada vereador faz uma emendinha de um valor, vai na comunidade e trabalha que vai

sair a emenda, chega a emenda, aprovamos a emenda na comissão, aprovamos no plenário. E o que acontece? Não é por má vontade política, mas, às vezes, é por haver recurso e por não ser a principal causa do governo que hoje está. Mas é negada a nossa emenda e nós não temos nenhuma justificativa técnica para o não cumprimento das emendas. E este projeto do Ver. Cassio, dos demais vereadores, vai fazer com que, caso não saia a nossa emenda impositiva, tenha um prazo para ser justificado tecnicamente o não pagamento dessa emenda. Então, é importante, é transparente, faz com que a gente possa também ser transparente com os nossos eleitores e com a população de Porto Alegre, caso não saia a emenda. Mas eu vou repetir, o MDB vai votar favorável a este projeto por entender que seja importante para a cidade de Porto Alegre, mas é muito importante para valorizar o nosso trabalho árduo no dia a dia aqui, na Câmara Municipal de Porto Alegre. Então, Ver. Cassio Trogildo, conte com a bancada do MDB, que este projeto é muito importante para a população de Porto Alegre e para valorizar, cada vez mais, o nosso trabalho. Muito obrigado e uma boa tarde.

(Não revisado pelo orador.)

VEREADOR CASSIO TROGILDO (PTB) (Requerimento): Sra. Presidente, solicito verificação de quórum.

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): Em votação o Requerimento de autoria do Ver. Cassio Trogildo. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

Solicito abertura do painel eletrônico para verificação de quórum qualificado, solicitada pelo Ver. Cassio Trogildo. (Pausa.) (Após o fechamento do painel eletrônico.) Há quórum.

O Ver. Professor Wambert solicita Licença para Tratamento de Saúde no período de 5 a 6 de agosto de 2019.

Em votação nominal o PELO nº 003/19 em 2º turno. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) **APROVADO** por 26 votos **SIM** e 07 votos **NÃO**, em 2º Turno.

Esta presidência faz um requerimento solicitando a alteração da ordem dos trabalhos, para que possamos, imediatamente, formar um bloco para votação com os Requerimentos de nºs 088/19, 053/19, 068/19, 082/19, 083/19, 084/19, 089/19 e 090/19. Após, retornaremos à ordem normal. Em votação. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

REQUERIMENTO – VOTAÇÃO

(encaminhamento: autor e bancadas/05 minutos/sem aparte)

REQ. Nº 088/19 – (Proc. nº 0347/19 – Mesa Diretora) – requer seja o período de Comunicações do dia 26 de agosto destinado a assinalar o transcurso da Semana Municipal da Pessoa com Deficiência.

REQUERIMENTO – VOTAÇÃO

(encaminhamento: autor e bancadas/05 minutos/sem aparte)

REQ. Nº 053/19 – (Proc. nº 0215/19 – Ver. Adeli Sell) – requer seja o período de Comunicações do dia 12 de agosto destinado a assinalar o transcurso do Dia do Estudante.

REQUERIMENTO – VOTAÇÃO

(encaminhamento: autor e bancadas/05 minutos/sem aparte)

REQ. Nº 068/19 – (Proc. nº 0261/19 – Ver. Cláudio Conceição) – requer seja o período de Comunicações do dia 07 de outubro destinado a homenagear o Colégio Adventista Partenon, com o evento Vereador Mirim.

REQUERIMENTO – VOTAÇÃO

(encaminhamento: autor e bancadas/05 minutos/sem aparte)

REQ. Nº 082/19 – (Proc. nº 0303/19 – Mesa Diretora) – requer a realização de Sessão Solene no dia 17 de setembro, às 19 horas, destinada a entrega do Prêmio Glaucus Saraiva ao tradicionalista, senhor Nairoli Antunes Callegaro.

REQUERIMENTO – VOTAÇÃO

(encaminhamento: autor e bancadas/05 minutos/sem aparte)

REQ. Nº 083/19 – (Proc. nº 0304/19 – Mesa Diretora) – requer seja o período de Comunicações do dia 17 de outubro destinado a assinalar o transcurso dos 30 anos do Movimento pelo Direito da Criança e do Adolescente/MDCA.

REQUERIMENTO – VOTAÇÃO

(encaminhamento: autor e bancadas/05 minutos/sem aparte)

REQ. Nº 084/19 – (Proc. nº 0305/19 – Mesa Diretora) – requer seja o período de Comunicações do dia 21 de novembro destinado a assinalar o transcurso do Dia da Brigada Militar.

REQUERIMENTO – VOTAÇÃO

(encaminhamento: autor e bancadas/05 minutos/sem aparte)

REQ. Nº 089/19 – (Proc. nº 0348/19 – Mesa Diretora) – requer seja o período de Comunicações do dia 29 de agosto destinado a assinalar o transcurso do Dia do Soldado.

REQUERIMENTO – VOTAÇÃO

(encaminhamento: autor e bancadas/05 minutos/sem aparte)

REQ. Nº 090/19 – (Proc. nº 0349/19 – Mesa Diretora) – requer seja o período de Comunicações do dia 30 de setembro destinado a assinalar o transcurso dos 50 anos da Regulamentação das Profissões de Fisioterapeuta e Terapeuta Ocupacional.

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): Em votação o bloco formado pelos Requerimentos nºs 088/19, 053/19, 068/19, 082/19, 083/19, 084/19, 089/19 e 090/19. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)
APROVADO.

DISCUSSÃO GERAL E VOTAÇÃO

**(discussão: todos os Vereadores/05 minutos/com aparte;
encaminhamento: autor e bancadas/05 minutos/sem aparte)**

PROC. Nº 1076/17 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 122/17, de autoria do Ver. José Freitas, que obriga os estabelecimentos da rede municipal de ensino, inclusive as creches conveniadas, a divulgarem lista informando a ordem de espera para vagas em todos os níveis de ensino.

Pareceres:

- da **CCJ**. Relator Ver. Mendes Ribeiro: pela inexistência de óbice de natureza jurídica para a tramitação do Projeto e da Emenda nº 01;
- da **CEFOP**. Relator Ver. Felipe Camozzato: pela rejeição do Projeto e da Emenda nº 01;
- da **CECE**. Relatora Ver^a Sofia Cavedon: pela aprovação do Projeto e da Emenda nº 01;
- da **CEDECONDH**. Relator Ver. João Bosco Vaz: pela aprovação do Projeto e da Emenda nº 01.

Observações:

- com Emendas nºs 01, 02, 03 e 04;
- incluído na Ordem do Dia em 24-04-19;
- art. 81 da LOM em 03-07-19.

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): Em discussão o PLL nº 122/17. (Pausa.) O Ver. José Freitas está com a palavra para discutir a matéria.

VEREADOR JOSÉ FREITAS (PRB): Sra. Presidente Ver.^a Mônica, colegas vereadores, público que nos assiste, que nos ouve, esse projeto é simples, é mais uma questão de transparência. Ele obriga os estabelecimentos da rede municipal de ensino, inclusive as creches conveniadas, a divulgarem lista informando a ordem de espera para vagas em todos os níveis de ensino. Eu protocolei esse projeto, porque muitas mães, muitos pais reclamam que não há transparência na questão da vaga em creche e na rede municipal de ensino. Obriga os estabelecimentos da rede municipal de ensino, inclusive as creches conveniadas, a divulgarem uma lista informando a ordem de espera para vagas em todos os níveis de ensino. O foco do projeto tem por objetivo fazer com que o Município divulgue o número de protocolo, data e hora da inscrição e unidade pretendida pelo responsável, tonando mais transparente o processo de espera, inclusive por parte das creches conveniadas, para que haja transparência, organização, controle e acompanhamento.

Os benefícios deste tipo de publicidade são de grande utilidade, uma vez que norteiam as famílias, facilitando o acompanhamento da vaga pretendida, organizando a vida dos que aguardam as vagas. Se informados, os pais podem definir com maior segurança se aguardam pelas vagas ou se procuram outras alternativas. A iniciativa tem apoio da Promotoria Regional de Educação de Porto Alegre, que estive visitando a promotora, Danielle Bolzan, que deu parecer positivo.

Em Canela, a medida foi adotada em 2014, através de um Termo de Ajuste de Consulta – TAC – do Ministério Público, e o objetivo foi unificar as listas existentes na cidade. Em Caxias do Sul, a lei foi sancionada no dia 26 de abril de 2019. Isso é só para mostrar que a gente não está inventando a roda. Em Capão do Leão, a lista é divulgada desde o primeiro semestre de 2018.

Aprovar o projeto é também permitir que a população tenha maior controle a respeito da convocação das crianças para cada vaga existente na rede pública.

Esse projeto possui quatro emendas de minha autoria por orientação da procuradoria. Eu peço aos colegas que aprovarem as quatro emendas que obrigam... Na verdade, onde diz obriga, estamos tirando o termo “obriga”, a pedido da procuradoria – suprime o § 2º do art. 1º que definia os meios e formas de divulgação – essa é a primeira emenda. A segunda emenda altera o § 3º do art. 1º, incluindo a palavra “imediate”, para o seguinte teor: sempre que houver alteração na disponibilidade das vagas, deverá ocorrer atualização da lista referida no caput deste artigo. A Emenda nº 03 também, foram retirados os incisos I e III do § 1º do art. 1º que determina a divulgação do nome do requerente, além da data e hora da inscrição.

A emenda se fez necessária para preservar o sigilo das crianças, previsto na Constituição Federal. A Emenda nº 4 altera a emenda do projeto, retirando a palavra “obrigado”.

Então, se for necessário, eu subo à tribuna em cada emenda para explicar melhor para os colegas. Esse projeto é para ter transparência nas vagas de estabelecimento de ensino da rede municipal e das creches conveniadas.

(Não revisado pelo orador.)

(O Ver. Reginaldo Pujol assume a presidência dos trabalhos.)

PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM): A Ver.^a Mônica Leal está com a palavra para discutir o PLL nº 122/17.

VEREADORA MÔNICA LEAL (PP): Ver. José Freitas, parabéns, parabéns, parabéns pelo seu projeto! Falo aqui não como vereadora somente, falo como mulher, uma mulher que é mãe, que hoje é avó de quatro pequeninos que estão em creche, na primeira série; enfim, todas as mães trabalham muito. A vida das mulheres hoje é diferente do que era no passado. Eu tenho netos e trabalho, trabalho, trabalho muito. Então o senhor imagina o que acontece com essas mulheres, ao não terem nenhum tipo de transparência nos estabelecimentos de ensino, que não sabem se o filho vai entrar, o que podem fazer da sua vida profissional – é assim que funciona. A vida profissional das mulheres está ligada à vida de suas crianças. Quando uma criança está num colégio, numa creche, na educação de base, ela está em segurança; e, quando essa criança está em segurança, uma mãe consegue pensar na sua vida profissional. Muitas vezes, mulheres essas, mães essas que não fazem por prazer, e sim por necessidade, são arrimos de família, são chefes de família, delas depende o sustento da sua família.

Então, o seu projeto que obriga os estabelecimentos da rede municipal de ensino, inclusive as creches conveniadas, a divulgarem a lista informando a ordem de espera para vagas em todos os níveis de ensino, além de ser de suma importância pela transparência, traz a possibilidade de as mulheres organizarem as suas vidas profissionais, as suas vidas em família, as suas vidas como chefes de família! Eu não só vou votar a favor, vereador, como gostaria de pedir aos meus colegas de bancada – Ver. Cassiá Carpes, Ver. João Carlos Nedel, Ver. Ricardo Gomes – quem votem a favor deste projeto, que é muito importante para as nossas crianças e para as mulheres, as mulheres mães, que têm, sim, essa preocupação com seus filhos. Obrigada.

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM): O Ver. Adeli Sell está com a palavra para discutir o PLL nº 122/17.

VEREADOR ADELI SELL (PT): Ver. Pujol, colegas vereadoras, vereadores; Ver. José Freitas, se houvesse aplicação da lei de acesso à informação, não precisaria deste projeto, como de vários projetos, que eu voto favoravelmente, que aumentem a transparência administrativa. Se houvesse o portal transparência

especialmente na SMED, a gente não precisaria de mais uma lei para saber quantas vagas estão disponíveis, quantas estão ocupadas, quais são as faltantes, qual a lista de excedentes. Se o governo cumprisse a lei de acesso à informação, não precisaríamos dessa lei. Eu votarei favoravelmente, a partir dessa lei, vou cobrar mais ainda do que eu já cobro hoje sobre a questão da transparência. Este governo não obedece à lei de 2011, e não vou ao Ministério Público, se eu for ao Ministério Público será para colocar o prefeito em maus lençóis, se já não está. Vai estar incurso em crime de responsabilidade por não cumprir um conjunto de normas. O prefeito municipal vetou um projeto desta Casa, de minha autoria, que mandava cobrar a lei anticorrupção de 2013, quando bateu lá ele inventou, sim, um decreto que não está sendo cumprido até hoje. Todas as empresas que tiverem contrato com a Prefeitura têm que ter toda a política de ajustamento de conduta, todas as políticas, ou como o pessoal gosta de dizer: políticas de *compliance*. Não existe transparência, não existe ordenamento para as questões que a lei de acesso à informação e a lei anticorrupção exigem do governo. Este é um governo que desobedece às leis, este é um governo que não dá a mínima para a Câmara de Vereadores, apresenta projetos inconstitucionais, vota projetos inconsistentes, veta projetos consistentes. Nós precisamos nos rebelar contra essa situação. Eu cobro permanentemente, exponho e vou expor cada vez mais o governo. Hoje em dia, inclusive, com as mídias sociais, pode ter o silêncio da grande imprensa. No passado, era grave. Eu me lembro que, um ano, eu passei na geladeira de um grande órgão da imprensa local. Não é fácil. Nem uma notinha, nem uma notinha, é dureza. Projetos, aprovação de projetos, um monte de coisas... Para o jornal, o Adeli Sell não existia, mas agora existem as mídias sociais. Na época, a gente mandava cartinhas, no tempo das cartinhas, quando tínhamos selos aqui na Câmara e as pessoas ficavam sabendo que o vereador não estava parado, não estava dormindo no ponto- e nós não estamos dormindo no ponto. Porque essa Secretaria a que se refere basicamente essa questão, que é a vaga na creche e nas escolas infantis, chama-se SMED, o secretário já disse antes. Conhecido na cidade, entre os professores, como “mister enrolation”. O douto secretário de educação do Município é conhecido na base como “mister enrolation”; o cara só enrola, enrola, enrola, engana, engana a mim não, a mim não. Eu o trato com civilidade, ele também me trata. Agora, não estou para compadre, aqui não se trata de uma questão de ser amigo ou inimigo, não é essa questão, a gente inclusive tem paciência demais com alguns secretários, a gente não deveria ter tanto; outros são respeitosos e a gente evidentemente os tratamos da mesma forma.

Votarei com vossa excelência, Ver. José Freitas, pela importância do projeto pela transparência administrativa, pelo bem da coisa pública. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM): O Ver. Prof. Alex Fraga está com a palavra para encaminhar a votação do PLL nº 122/17.

VEREADOR PROF. ALEX FRAGA (PSOL): Obrigado, Ver. Pujol, que preside os nossos trabalhos neste momento. Eu subo à tribuna para parabenizar o Ver. Freitas pela proposição deste projeto. O nosso mandato está, desde que assumimos a cadeira aqui na Câmara de Vereadores de Porto Alegre, trabalhando em prol da educação da nossa cidade. No início deste ano, tivemos uma reunião na Comissão de Educação Cultura Esporte e Juventude, a nossa CECE, na qual esteve presente o secretário Adriano Naves de Brito, e nós discutimos a respeito da fila de espera, sobre vagas da educação infantil aqui nesta cidade. O secretário informou que a lista de espera para educação no Município de Porto Alegre girava em torno de duas mil vagas, aproximadamente. Ou seja, duas mil crianças, famílias estavam esperando vaga na rede municipal. E eu tive que contrapor a argumentação do secretário Adriano Naves de Brito informando que somente na escola Mamãe Coruja, que fica na Av. Bento Gonçalves, somente nessa escola a lista de espera era de mais de 600 crianças. Como é que em todo o Município de Porto Alegre a lista de espera pode ser algo em torno de duas mil crianças se em apenas uma escola era de mais de 600? Ou seja, precisamos, sim, de transparência. Transparência nunca é demais, principalmente numa gestão pública que esconde dados, que não fornece os dados corretos, que mente o tempo todo. Portanto, vemos a proposição do Ver. Freitas com bons olhos, com ótimos olhos. Obrigar a Prefeitura a divulgar a lista é fundamental porque se um secretário vem à Câmara de Vereadores na Comissão de Educação e mente – mente! – sobre a lista de espera, diminui o número, diz que é em torno de dois mil e poucos alunos e somente em uma escola é de mais de 600 crianças, 600 famílias esperando por vaga, esses dados precisam ficar claros, e este projeto vai contribuir para isso. Precisamos colocar tudo às claras, colocar esses dados para que a população tenha acesso, não podemos mais aceitar as mentiras da SMED. Parabéns, Ver. José Freitas, esperamos ver aprovada mais uma matéria que traga maior elucidação dos dados e dos serviços prestados à nossa sociedade. Um grande abraço a todos.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM): Em votação a Emenda nº 01, ao PLL nº 122/17. (Pausa.)

VEREADOR JOSÉ FREITAS (PRB) (Requerimento): Presidente, eu gostaria de solicitar, se for possível, até para ganharmos tempo, que a votação seja feita em bloco, das quatro emendas. Se os colegas concordarem, porque concordo com a orientação da Procuradoria da Casa.

PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM): Em votação o Requerimento, de autoria do Ver. José Freitas. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM): Em votação o bloco composto pelas Emendas nº 01, 02 03 e 04 ao PLL nº 122/17. (Pausa.) Não há quem queira encaminhar. Em votação. Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM): Em votação o PLL nº 122/17. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

DISCUSSÃO GERAL E VOTAÇÃO

**(discussão: todos os Vereadores/05minutos/com aparte;
encaminhamento: autor e bancadas/05 minutos/sem aparte)**

PROC. Nº 1178/18 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 105/18, de autoria do Ver. Moisés Barboza, que denomina Rótula Jornalista Paulo Sant'Ana o logradouro público não cadastrado conhecido como Rótula Dois Mil, Cento e Trinta e Três, localizado no Bairro Farrapos.

Parecer:

- da **CCJ.** Relator Ver. Ricardo Gomes: pela inexistência de óbice de natureza jurídica para a tramitação do Projeto.

Observação:

- incluído na Ordem do Dia em 10-04-19 por força do art. 81 da LOM.

PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM): Em discussão o PLL nº 105/18. (Pausa.) Não há inscritos para discutir a matéria. Em votação. (Pausa.) Não há quem queira encaminhar. Em votação. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

VEREADOR MOISÉS BARBOZA (PSDB) (Requerimento): Sr. Presidente, solicito alteração na ordem de priorização do dia de hoje, para que o PLL nº 321/17 seja o primeiro a ser discutido e votado no dia 12 de agosto de 2019.

Em votação o requerimento de autoria do Ver. Moisés Barboza. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

DISCUSSÃO GERAL E VOTAÇÃO

**(discussão: todos os Vereadores/05minutos/com aparte;
encaminhamento: autor e bancadas/05 minutos/sem aparte)**

PROC. Nº 1995/17 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 222/17, de autoria do Ver. Moisés Barboza, que altera os incs. I e II do parágrafo único do art. 2º da Lei nº 11.533, de 2 de janeiro de 2014 – que cria o Programa Parada Segura e revoga a Lei nº 8.493, de 18 de maio de 2000 –, alterando os horários em que não se aplicam o embarque e o desembarque de passageiros fora das paradas regulamentares.

Pareceres:

- da **CCJ**. Relator Ver. Cláudio Janta: pela inexistência de óbice de natureza jurídica para a tramitação do Projeto;
- da **CEFOP**. Relator Ver. Mauro Zacher: pela aprovação do Projeto;
- da **CUTHAB**. Relator Ver. Roberto Robaina: pela aprovação do Projeto;
- da **CECE**. Relator Ver. Cassiá Carpes: pela aprovação do Projeto;
- da **CEDECONDH**. Relator Ver^a Comandante Nádia: pela aprovação do Projeto;
- da **COSMAM**. Relator Ver. José Freitas: pela aprovação do Projeto.

Observação:

- incluído na Ordem do Dia em 11-03-19 por força do art. 81 da LOM;
- adiada a discussão por uma Sessão em 24-04-19;
- adiada a discussão por uma Sessão em 27-05-19.

PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM): Em discussão o PLL nº 222/17. (Pausa.)

Aprego a Emenda nº 01, de autoria do Ver. Mendes Ribeiro, ao PLCL nº 009/15.

Em votação o Requerimento de autoria do Ver. Mendes Ribeiro, solicitando dispensa do envio da Emenda nº 01 ao PLCL nº 009/15 à apreciação das Comissões, para parecer. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

Aprego Emenda nº 03, de autoria do Ver. Airto Ferronato, ao PLL nº 139/14.

Em votação o Requerimento de autoria do Ver. Airto Ferronato, solicitando dispensa do envio da Emenda nº 03 ao PLL nº 139/14 à apreciação das Comissões, para parecer. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

VEREADOR MENDES RIBEIRO (MDB) (Requerimento): Sr. Presidente, solicito verificação de quórum.

PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM): Solicito abertura do painel eletrônico para verificação de quórum, solicitada pelo Ver. Mendes Ribeiro. (Pausa.) (Após o fechamento do painel eletrônico.) Dez vereadores presentes. Não há quórum.

Estão encerrados a Ordem do Dia e os trabalhos da presente sessão.

(Encerra-se a sessão às 16h11min.)

* * * * *